

DESENVOLVIMENTO LOCAL E COOPERATIVISMO: UM OLHAR SOBRE A EXPERIÊNCIA DA COOPERATIVA AGRÍCOLA DOS PRODUTORES DE MANDIOCA DE SÃO FELIPE-BA¹

GILVÂNIA NUNES CHAVES

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional.
Universidade do Estado da Bahia – Campus V.
Rua Manaus, 21A, Alto do Sobradinho, Santo Antonio de Jesus-BA.
gilchaves2@hotmail.com

ROCIO CASTRO KUSTNER

Professora Dr^a do Programa de Pós-graduação em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional.
Universidade do Estado da Bahia – Campus V.
rocio_kustner@yahoo.com.br

Resumo

A humanidade está passando por um processo de profundas transformações de ordem social, econômica, cultural, política e ambiental decorrentes do modelo de desenvolvimento vigente, que vem fomentando a crise social da contemporaneidade. Nesse contexto, surge o cooperativismo, como mecanismo de desenvolvimento local, que se contrapõe aos efeitos do capitalismo. O presente trabalho propõe uma análise sobre os desafios do cooperativismo como estratégia de desenvolvimento local a partir da experiência da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Mandioca (COMASFE), que durante 21 anos funcionou no município de São Felipe-BA. Para elaboração deste artigo, foram realizadas pesquisas bibliográficas, entrevistas semi-estruturadas com ex-representantes da diretoria da COMASFE e grupos focais com a participação de associados dessa cooperativa. Percebeu-se, num primeiro momento, que a cooperativa em análise contribuiu para o desenvolvimento local, dinamizando a economia e a interação social. Contudo, alguns impasses como a ausência de mercado consumidor, a gestão centralizadora, a falta de participação e o individualismo da maioria dos cooperados foram os principais fatores apontados pelos entrevistados como determinantes para sua paralisação.

Introdução

A partir da década de 1970 a humanidade vem passa por um período de crises social, econômica, ambiental e política, ou seja, por uma crise civilizatória, conforme alerta Leff (2002). Nesse momento de sobreposição de crises, torna-se emergencial a reformulação de conceitos, metodologias, valores, concepções e idéias, na perspectiva de construir um novo modelo de desenvolvimento. Até então, predominava a crença de que o paradigma de desenvolvimento fundamentado na racionalidade capitalista era capaz de garantir qualidade de vida, crescimento econômico e conservação do meio ambiente. Nessa

perspectiva, emerge a concepção de desenvolvimento local como alternativa capaz de equacionar os problemas sociais da atualidade.

No contexto da dinâmica socioeconômica do século XXI, percebe-se que a intensificação do processo de mundialização da economia vem fomentando a concorrência entre os produtos e, conseqüentemente, agravando a situação social e econômica de grande parcela da população. Tratando-se dos pequenos produtores agrícolas, as dificuldades se acentuam constantemente, conduzindo-os à busca de novas estratégias de inserção de seus produtos no mercado. Desse modo, o cooperativismo surge como uma estratégia viável, posto que objetiva, de forma organizada e coletiva, aglutinar pessoas que almejam conquistar espaços dentro da economia global.

O presente artigo propõe uma discussão acerca do cooperativismo como instrumento de desenvolvimento local a partir da experiência da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Mandioca de São Felipe-BA, refletindo sobre a importância dessa cooperativa para o desenvolvimento local, as dificuldades que impossibilitaram a continuação de suas atividades, bem como os desafios para que ela volte a funcionar.

Para obter informações específicas sobre a cooperativa em análise, no primeiro momento, realizou-se uma análise dos arquivos - atas e estatuto - dessa organização social. Em seguida, foram realizados grupos focais com os associados e entrevistas semi-estruturadas com ex-representantes da diretoria da cooperativa. Por fim, foram tecidos comentários e discussões a partir das informações dos dados obtidos, intercalando a apreensão do debate teórico ao cruzamento das informações adquiridas no trabalho de campo.

O presente trabalho compreende três seções. Na primeira seção, discuti-se o conceito de desenvolvimento local, enfatizando as visões, as tendências e a importância dessa concepção na sociedade contemporânea. Na segunda seção, apresenta-se o panorama do cooperativismo, sua origem e pressupostos, bem como sua relevância para o desenvolvimento local. E, na última seção, pretende-se refletir acerca da importância da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Mandioca de São Felipe para o desenvolvimento do município, os impasses que levaram a paralisação de suas atividades e os desafios para o seu refuncionamento.

Desenvolvimento local: por uma sociedade sustentável

Durante muito tempo o modelo de desenvolvimento capitalista foi visto como ideal. Notadamente, até a década de 1970 predominava a crença de que o paradigma de desenvolvimento fundamentado na racionalidade capitalista era capaz de garantir qualidade de vida, crescimento econômico e conservação do meio ambiente. Esse modelo parecia solidamente inabalável, fundado sobre o tripé da abundância de recursos naturais, aumento da produtividade do trabalho e da presença do estado de Bem-Estar (ou Estado desenvolvimentista, no caso brasileiro), como menciona Buarque (2002).

Entretanto, os acontecimentos históricos que marcam a crise social, agravada pela degradação ambiental, indicam que o modelo de desenvolvimento defendido pelos países emergentes não tem contribuído com a construção de uma sociedade justa e equitativa. É perceptível que esse padrão prima pelo viés econômico, o que conduz à conclusão de que seu objetivo seja exclusivamente o crescimento econômico, privilegiando-se apenas as questões relacionadas à renda e à acumulação de riqueza.

A partir da apreensão da complexidade da crise civilizatória do século XXI e de reflexões como a de G. Oliveira (2006), a comunidade científica, parcela da sociedade civil e do poder público buscam a elaboração de um modelo de desenvolvimento mais favorável à vida, que contribua para efetivas melhorias no sistema de educação, saúde, lazer, longevidade, meio ambiente, participação social, entre outros.

Sen (2000) contribui sinalizando que o desenvolvimento deve ser compreendido sob a ótica de todas as esferas humanas, integrando aspectos econômicos, sociais e políticos. Logo, o desenvolvimento de uma população está intrinsecamente vinculado à qualidade de vida de forma durável e contínua e ao aumento da justiça social. Desse modo, faz-se necessário repensar a forma como vem acontecendo o “crescimento” da sociedade, possíveis alternativas para a garantia de um ambiente saudável para as gerações atuais e futuras e o papel de cada ser humano nesse cenário, onde todas as suas ações e atitudes serão responsáveis pelo rumo do seu próprio futuro e dos demais seres vivos.

Nesse contexto, no início da década de 1980, surge a concepção de desenvolvimento local como uma estratégia que se contrapõe ao modelo capitalista de desenvolvimento, posto que este tem como foco apenas a esfera econômica, e não

privilegia a minimização das mazelas sociais, ao contrário, as desigualdades sociais só têm se intensificado.

O conceito de desenvolvimento local tem como pressupostos a valorização do indivíduo, a satisfação de suas necessidades básicas e sua auto-sustentação, centrado em propostas construídas pela própria comunidade e através de suas potencialidades locais. Essa idéia constitui-se de alguns elementos básicos como inovação, criatividade, mobilização e iniciativas coletivas. Logo, as potencialidades e a cultura de um determinado local devem ser observadas, pois as especificidades e as prioridades de uma localidade, região, cidade, ou seja, de uma unidade socioterritorial delimitada é que irão induzir o dinamismo socioeconômico, promovendo a geração de emprego e renda e a inclusão social.

Segundo Buarque (2002, p. 25), o desenvolvimento local pode ser conceituado como:

Um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local.

Atualmente, nota-se que o tema do desenvolvimento local tem sido alvo de freqüentes debates em esfera mundial e vem sendo colocado na agenda da discussão político-econômico-social e cultural. Tenório *et al* (2004, p.11) destacam que isso tem ocorrido “devido ao fracasso das abordagens macroestruturais em romper, no plano social com a desigualdade, no plano econômico com a concentração do poder e no plano político com a declarada insuficiência dos mecanismos e processos da democracia representativa”.

A política do desenvolvimento a partir do local objetiva potencializar suas possibilidades e equacionar os obstáculos, sinalizando caminhos para a superação dos desafios. Deve-se ter claro que as raízes do desenvolvimento local brotam a partir de agentes endógenos, pois sua essência está na intervenção socioeconômica de representantes locais da esfera pública, privada ou social que conhecem minuciosamente a realidade da

comunidade, logo têm capacidade de elaborar um diagnóstico das reais demandas sociais e de estruturar as melhores alternativas para solucioná-las.

A presente discussão dá origem a reflexão sobre a concepção de desenvolvimento local como uma nova proposta que visa a melhorias das condições de vida da sociedade, especialmente da população marginalizada. Contudo para que qualquer processo dentro dessa dimensão obtenha sucesso, segundo Moura *et al* (2002, p. 614), é necessário haver: “capacitação para mobilização e participação da comunidade; cooperação e construção de parcerias; visão abrangente e integrada de desenvolvimento, considerando aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais; monitoramento/avaliação do processo”.

Tratando-se dos cortes espaciais do local, Buarque (2002, p. 32) aponta que “o conceito de desenvolvimento local pode ser aplicado a diferentes correntes territoriais e aglomerados humanos de pequena escala, desde a comunidade até o município ou mesmo microrregiões homogêneas de porte reduzido, bacias ou ecossistemas”. Cardoso (2007, p. 110), por sua vez, ressalta que “o local é comumente apresentado como o entorno econômico-sócio-territorial (município ou Região) onde, aproveitando-se as vantagens competitivas locais, busca-se construir as múltiplas dimensões do desenvolvimento sustentável [...]”.

Convém salientar que a participação social é fundamental no processo do desenvolvimento a partir do local, sendo que todo indivíduo pode e deve exercer seu papel de cidadão e, assim, contribuir na construção de uma sociedade justa, humana e equitativa. Portanto, o desenvolvimento local apresenta-se como uma das propostas mais promissoras para a promoção da inclusão social e da proteção do meio ambiente. Dentre os mecanismos de desenvolvimento local pode-se citar o cooperativismo, que visa a organização econômica e a promoção social, segundo estudiosos dessa temática.

Cooperativismo: origem e pressupostos

O cooperativismo emerge para se contrapor aos efeitos do capitalismo do século XIX, que intensifica os problemas sociais, principalmente relacionados à esfera do trabalho.

Cria-se um ambiente de forte competitividade, desemprego crescente, exploração da jornada de trabalho (crianças, jovens e adultos), exclusão social e concentração de renda, concomitantemente crescem as incertezas e os desafios impostos pela globalização da economia. Diante desse quadro, um grupo de trabalhadores resolve se organizar em cooperativas com o objetivo de conseguir mecanismos capazes de atenuar os efeitos de um modelo econômico que marginaliza e exclui parcelas consideráveis da população da economia de mercado, e, conseqüentemente, da vida em sociedade.

Nesse sentido, Rocha *et al* (2004, p. 2) destaca que “o cooperativismo é, pois, uma das alternativas para resgatar a cidadania e possibilitar especialmente aos trabalhadores desempregados viabilizar um projeto de geração de renda e inclusão social”. Portanto, o cooperativismo emerge como uma possibilidade de desenvolvimento com o intuito de promover uma transformação social a partir da vida dos trabalhadores, os quais são vítimas dos efeitos mais danosos do sistema neoliberal.

O cooperativismo tem seu marco inicial com a criação da cooperativa de consumo no distrito de Rochdale, na Inglaterra, no ano de 1844. A Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, como foi registrada na história, foi fundada com a participação de 28 operários tecelões que lutavam por uma situação mais igualitária, e contra o desemprego e a exclusão social, como evidencia Higuchi *et al* (2006).

O cooperativismo é uma doutrina com fins socioeconômicos constituído através da associação espontânea de pessoas em busca de ideais comuns, logo sua filosofia requer uma dinâmica participativa, democrática e coletiva. De acordo com Filho & Silva (2006, p. 151), o 10º Congresso Brasileiro de Cooperativismo define a cooperativa como “uma organização de pessoas unidas pela cooperação e ajuda mútua, gerida de forma democrática com objetivos econômicos e sociais comuns cujos aspectos legais e doutrinários são distintos de outras sociedades”. Já Rech (2000, p. 22) complementa essa compreensão, ressaltando que

A cooperativa é uma iniciativa autônoma de pessoas, caracterizada por possuir dupla natureza, partindo do fato de ser simultaneamente uma entidade social (um grupo organizado de pessoas) e uma unidade econômica (uma empresa financiada, administrada e controlada comunitariamente), tendo como objetivo principal o de ser utilizada diretamente pelos associados como meio de promover

bens e serviços necessários que não conseguem obter individualmente em condições semelhantes.

Os pressupostos do cooperativismo centram-se na defesa de duas questões básicas: organização econômica e promoção social, pois esse tipo de organização tem como objetivo contribuir para a qualidade de vida de seus cooperados através de instrumentos de gestão democrática e de ajuda mútua, com a finalidade maior de estimular o desenvolvimento local. De fato, o cooperativismo vem sendo identificado como uma opção importante nas dimensões econômica e social, associado às políticas de desenvolvimento local, assumindo, assim, um papel relevante na organização econômica e na emancipação social.

Para Oliveira citado por Silva *et al* (2008, p. 50), “as cooperativas são organizações que promovem o desenvolvimento local, haja vista que trabalham em prol da comunidade onde atuam, buscando agregar valor aos seus associados”. Enquanto que Turra *et al* (2002, p. 36) afirma que “mediante o trabalho cooperativo, as pessoas passam a descobrir seu potencial e desenvolver valores e atitudes de respeito que contribuem para uma melhor qualidade de vida”. É perceptível que várias experiências cooperativistas têm proporcionado o desenvolvimento humano e social do indivíduo por meio do coletivo, posto que é um processo que tem como premissa o abandono da perspectiva individual e a internalização da valorização do trabalho coletivo.

A base do sistema cooperativista se fundamenta em princípios, os quais tiveram sua origem com os Pioneiros de Rochdale, porém após diversos congressos da Aliança Cooperativista Internacional (ACI) foram debatidos, adaptados e reformulados em decorrência das exigências da sociedade moderna. As últimas atualizações nos princípios cooperativistas foram feitas no congresso da ACI em 1995 na cidade de Manchester, Inglaterra, sendo definidos da seguinte forma: adesão voluntária e livre, gestão democrática, participação econômica dos cooperados, autonomia e independência, promoção da educação, formação e informação, intercooperação ativa com outras cooperativas, interesse pela comunidade visando o desenvolvimento sustentável.

Estas são as diretrizes básicas que devem nortear a criação e a atuação de uma cooperativa independente do setor econômico de ação e do país em que esteja localizada. A

fidelidade aos princípios cooperativistas é imprescindível para que qualquer experiência nesses parâmetros consiga obter sucesso.

No que concerne ao Brasil, nota-se que o cooperativismo tem se apresentado como uma proposta de desenvolvimento local. A prática cooperativista foi introduzida no Brasil no final do século XIX, como tentativa de mitigar os conflitos sociais advindos, sobretudo, da precariedade das relações trabalhistas, fruto do modelo econômico caracterizado pela cobiça material, competitividade, lucro imediato, produção e consumo excessivos. Desse modo, o cooperativismo começou a ser vislumbrado, principalmente, pela classe trabalhista, como instrumento de superação dos abismos geradores de desigualdades sociais e de exclusão social.

Segundo Pinho (1962) mencionado por B. Oliveira (2006), a primeira experiência do cooperativismo brasileiro surge em 1891, a Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica, em Limeira, no estado de São Paulo. Em 1894, surgiu a Cooperativa Militar de Consumo, no Rio de Janeiro; em 1895, a Cooperativa de Consumo de Camaragibe ou Cooperativa do Proletariado Industrial de Camaragibe, em Pernambuco e, em 1897, emergiu a Cooperativa dos Empregados da Companhia Paulista, em Campinas. Aos poucos o cooperativismo foi se proliferando pelo país, e hoje já abrange todos os estados do território nacional.

Nota-se que a expansão do sistema cooperativo no Brasil se tornou mais dinâmica a partir de 1971 com a promulgação da Lei Nº 5.764, que significou seu marco legal, e reconheceu a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), considerada por diversos autores e adeptos do cooperativismo um importante órgão para o desenvolvimento desse sistema. Portanto, o cooperativismo brasileiro sobrevive em meio aos condicionantes históricos decorrentes da ideologia e da cultura políticas de cada período.

Convém salientar, contudo, que parte significativa das cooperativas, especialmente na região Nordeste, são construídas sem planejamento adequado, mão-de-obra pouco qualificada e sistemas de gestão pouco eficientes, redundando em baixa captação de recursos e baixa competitividade, conforme menciona Pereira (2008). Logo, o dinamismo dessas entidades prevalece por um curto período, e findam na paralisação de suas atividades.

Esta compreensão nos remete a experiência da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Mandioca de São Felipe, que, segundo cooperados, por algum tempo contribuiu com o desenvolvimento local, porém por motivos analisados de forma minuciosa na seção seguinte, e que certamente se enquadram na reflexão de Pereira (2008), deixou de funcionar.

Cooperativismo em São Felipe-BA: análise a partir da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Mandioca

No contexto da presente discussão, torna-se fundamental uma breve contextualização da área onde se situa o objeto de estudo desta pesquisa – o município de São Felipe. Este município se localiza no estado da Bahia, especificamente no Território de Identidade do Recôncavo, de acordo com a mais recente regionalização adotada pelo Estado da Bahia (SEPLAN) em 2007. O referido município foi emancipado de Maragogipe em 1880, dista 180 km de sua capital Salvador e faz parte da microrregião de Santo Antonio de Jesus. Possui uma área de cento e noventa e oito quilômetros quadrados (198km²) e uma população estimada em 20.952 habitantes, segundo IBGE de 2009.

O município de São Felipe limita-se com os municípios de: Conceição do Almeida, Maragogipe, Santo Antonio de Jesus, São Félix, Dom Macedo Costa, Muniz Ferreira, Cruz das Almas e Nazaré. Teve sua origem a partir da ocupação de um sítio nas proximidades do Rio Copioba pelos irmãos Filipe e Tiago Dias Gato no ano de 1678, os quais edificaram a primeira moradia e cultivaram a terra. Durante muito tempo, o referido município ficou conhecido como São Filipe das Roças em decorrência do elevado número de lavouras existentes em torno do povoado. A economia de São Felipe é baseada, principalmente, no setor primário, destacando-se a pecuária de gados bovino, suíno, muar e ovino, e a produção agrícola, sobressaindo o plantio de mandioca, laranja, cana-de-açúcar, amendoim, fumo e limão (IBGE, 2001).

Considerando que o município de São Felipe é eminentemente agrícola e apresenta um sistema de produção familiar bastante expressivo, o cooperativismo pode delinear-se como uma estratégia promotora de desenvolvimento local. Nota-se que na atual conjuntura

econômica, onde a competitividade para circular no mercado é cada vez mais acirrada e mais concentrada nos grandes monopólios, a inserção do pequeno produtor no processo econômico torna-se cada vez difícil. Nesse sentido, o cooperativismo é um mecanismo capaz de promover um trabalho coletivo com a finalidade de aglutinar pessoas em busca da conquista de espaços no mercado global.

A primeira experiência cooperativista em São Felipe surge em 31 de março de 1980 – a Cooperativa Agrícola dos Produtores de Mandioca de São Felipe, tendo por objetivo estimular o desenvolvimento progressivo e a defesa de suas atividades sociais, econômicas e culturais de caráter comum, e a venda, em comum, da sua produção agrícola tanto no mercado nacional quanto internacional, conforme consta no estatuto da COMASFE.

Segundo depoimento dos cooperados, a idéia de implantar uma casa de farinha motorizada em São Felipe emergiu após várias reuniões com os membros da comunidade, ministradas por um “grupo de pessoas da cidade de Brasília”, para discutir propostas de melhores condições de vida da população local. Depois de diversas reuniões chegou-se a conclusão de que devido à predominância do plantio de mandioca na região o ideal seria uma casa de farinha motorizada. O referido grupo, sobre o qual os entrevistados não souberam oferecer mais informações, coordenou palestras sobre cooperativismo, e, assim, após um processo que demorou dois anos criou-se a COMASFE.

A cooperativa inicialmente contava com 47 sócios das comunidades do Sapezinho, Cangalheiro, Retiro, Terrão, Jaqueira, Jenipapo, Sobradinho, Fazenda Velha e de outras localidades do município. A sede da Cooperativa foi estabelecida em Sapezinho, a 4 km do centro da cidade, sendo que a escolha desta localidade deu-se por ser uma das mais carentes do município. Durante o tempo de seu funcionamento, a cooperativa chegou a integrar 120 cooperados.

A principal atividade desenvolvida pela COMASFE era a fabricação de farinha, sendo que a matéria-prima era comprada dos sócios e também de outros fornecedores, e chegou a produzir até uma média de 500 sacos de farinha por semana. Vale ressaltar que quando a COMASFE iniciou suas atividades possuía um mercado consumidor certo – a

Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), o que impulsionou significativamente sua expansão.

Os entrevistados consideram que a Cooperativa Agrícola dos Produtores de Mandioca de São Felipe contribuiu para o desenvolvimento local, atuando tanto na dinâmica econômica do município, pois gerou emprego e renda para mais de cem famílias, quanto social, ao valorizar a capacitação e fomentar a interação social. Segundo declaração de um dos entrevistados, “a cooperativa foi uma coisa muito boa que aconteceu na localidade da gente, porque era uma fábrica que não deixava ninguém parado”. Os associados entrevistados enfatizam que todo e qualquer serviço prestado tinha direito à gratificação, aspecto que estimulava a participação. Também afirmam que a cooperativa incentivou o surgimento de um elevado número de empregos.

A Cooperativa proporcionou vários cursos de capacitação para seus membros. Eles declararam que na COMASFE “aprendiam de tudo um pouco”, desde o manuseio dos equipamentos até o plantio e produção da mandioca. A cooperativa era considerada como a “escola” dos pequenos produtores de mandioca de São Felipe, como se pode constatar no seguinte depoimento: “o pessoal se aperfeiçoou ali, aprendeu e acostumou a trabalhar ali. Hoje, as pessoas que têm casa de farinha motorizada, a escola foi a cooperativa, porque foi a primeira que apareceu, e lá todo mundo aprendia tudo”. Aqueles que tomavam os cursos tinham a obrigação de socializar os conhecimentos adquiridos com os companheiros agricultores. Essa resolução, além de possibilitar o aprendizado de um número maior de pessoas, atuava como uma forma de estimular o espírito de coletividade e solidariedade entre os membros da cooperativa.

Com o lucro da cooperativa os associados chegaram a comprar 120 tarefas de terra a fim de que todos tivessem seu espaço para plantar. Também conseguiram instalar dentro da cooperativa uma farmácia e um mini-supermercado, com o intuito de que os cooperados tivessem acesso a produtos alimentícios e remédios a preços mais acessíveis. Porém, quando a companhia que comprava toda a farinha produzida, a COBAL, foi extinta, a cooperativa começou a declinar e há oito anos suas atividades se encontram paralisadas. A ausência de mercado consumidor foi o fator mais decisivo para o declínio da cooperativa, mas não o único.

A participação como direito conquistado exigem uma mobilização coletiva, e os entrevistados também reconhecem que o individualismo da maioria dos cooperados foi outro obstáculo para o bom funcionamento da COMASFE, como fica refletido neste depoimento: “A cooperativa tá nessa situação porque os sócios não são unidos, são muito individualistas. Tinham que trabalhar juntos, o que fizesse era de todo mundo, mais não era bem assim”. O individualismo, característica marcante da cultura brasileira e, de certa forma, relacionado ao personalismo, ainda continua sendo um forte entrave para a organização social em geral.

Pode-se afirmar que a COMASFE inicialmente promoveu a inclusão social e econômica dos produtores rurais, que durou enquanto estava garantido o mercado consumidor com a COBAL. Porém, a extinção desta companhia e a falta de gestão democrática tornaram-na incapaz de sustentar o desenvolvimento local justo e equitativo.

Apesar das dificuldades grande parcela dos cooperados está se mobilizando para que a cooperativa retome suas atividades, explicitando a sua importância para toda a população sanfelipense. As palavras de um informante confirmam tal relevância:

Quando a Cooperativa faliu deixou muita gente desarranjada, pelo menos eu, minha mãe que tirava o sustento dali e outras pessoas, várias outras pessoas. Por isso, é importante que a gente lute para levantar aquilo ali. Era uma coisa maravilhosa, pra você ter uma idéia o povo morava em casa de taipa, hoje já não se ver mais isso aqui.

As entrevistas revelaram também que para a cooperativa voltar a funcionar, torna-se necessário um mercado consumidor, uma administração mais democrática, bem como um processo de sensibilização dos associados em relação à relevância do espírito de coletividade:

A gente tem vontade que a cooperativa retome suas atividades, mais pra isso acontecer é necessário uma boa direção, gente capacitada, que saiba se comunicar com os sócios, uma pessoa de consciência. Também pra que ela volte a funcionar tem que ter um mercado seguro, foi isso que fez ela cair, quando tinha mercado a gente sabia pra onde ia levar a produção e quanto ia ganhar.

Refletindo-se a respeito das dificuldades encontradas pela COMASFE, as quais a

conduziu à atual situação, nota-se que a cooperativa não foi fiel os princípios cooperativistas, pois, uma vez seguidos adequadamente teria direcionado a cooperativa ao sucesso duradouro, e, certamente, estaria colaborando com a promoção do desenvolvimento local até os dias de hoje.

Portanto, pode-se afirmar é que a hierarquia, o personalismo, o individualismo e a cultura do silêncio, ainda muito marcantes no Brasil em geral e no Recôncavo Território de Identidade Recôncavo em particular, constituem um forte entrave para a formação do espírito cooperativista – gestão democrática, autonomia, senso de coletividade, participação ativa e ajuda mútua.

Reflexões finais

O presente trabalho leva-nos a refletir acerca de questões relacionadas ao cooperativismo, posto que este se apresenta como uma estratégia promissora de desenvolvimento local que visa à promoção de um mundo mais justo e eqüitativo. Tal discussão é feita a partir da experiência da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Mandioca de São Felipe que contribuiu para a promoção do desenvolvimento local, possibilitando a inclusão social e econômica dos agricultores e, conseqüentemente, proporcionando melhorias na qualidade de vida.

Contudo, em virtude de alguns impasses, sobretudo, o individualismo e a falta de participação efetiva da maioria dos cooperados, a gestão centralizadora, a ausência de uma integração consistente entre a diretoria e os associados constituem os principais fatores sinalizados pelos entrevistados como determinantes para sua paralisação da COMASFE. Certamente, a paralisação dessa cooperativa ocorreu devido a infidelidade em relação aos princípios cooperativistas.

Nessa perspectiva, percebe-se que para alentar experiências de participação que reconheçam a pluralidade dos atores sociais e os coloque como protagonistas precisa-se de lideranças capazes de mobilizar a cidadania e criar pontes entre o governo, as grandes empresas e as fundações privadas a fim de identificar problemas e oportunidades para o desenvolvimento local.

Portanto, torna-se necessário que os cooperados interessados na reativação da COMASFE se mobilizem neste sentido, estabelecendo contatos e redes com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) e outras associações rurais na região e criando oportunidades de negociações com o poder público, para juntar forças na busca das reais possibilidades de dinamização do mercado local e regional.

À luz dessas discussões e, ao mesmo tempo, na expectativa de uma pesquisa mais minuciosa e profícua, esta primeira análise, ainda incipiente, suscita questionamentos e inquietações para futuras reflexões sobre a temática. Acredita-se que estudos acerca desse tema seja um passo importante na promoção de debates necessários na sociedade do século XXI, que demanda a substituição da democracia representativa pela democracia participativa.

Referências

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CARDOSO, G. C. de C. O paradigma de desenvolvimento adotado pelo estado brasileiro: do intervencionismo econômico-quantitativo dos anos 1930 ao princípio da sustentabilidade dos anos 1990. In: **A atuação do estado no desenvolvimento recente do Nordeste**. João Pessoa: editora Universitária - UFPB, 2007. cap. 2, p. 79-116.

FILHO, P. S.; SILVA, C. L. Capital social e cooperativismo no processo de desenvolvimento sustentável: estudo da cooperativa Bom Jesus – Lapa-PR. In: OLIVEIRA, G. B. de; LIMA, J. E. de S. (Orgs.). **O desenvolvimento sustentável em foco: uma contribuição multidisciplinar**. Curitiba: São Paulo: Annablume, 2006. cap. 8, p. 143-166.

HIGUCHI, A. K. *et al.* Incubadoras de cooperativas populares: desafios e caminhos para a superação In: X COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL: DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL DE TERRITÓRIOS, Salvador, 2006. CD ROM. **Anais...**

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MOURA, M. S. S. *et al.* Gestão do Desenvolvimento Local, Tempos e Ritmos de Construção - o que Sinalizam as Práticas. In: **Revista Brasileira de Administração Pública (RAP)**. Rio de Janeiro, v. 36, jul./ago, 2002. p. 609-626.

OLIVEIRA, G. B. de; SOUZA-LIMA, J. E. de. (Orgs.). **O desenvolvimento sustentável em foco: uma contribuição multidisciplinar**. Curitiba; São Paulo: Annablume, 2006.

PEREIRA, A. B. **Cooperativismo de crédito rural e sua influência no desenvolvimento local**: estudo de caso da SICOOB Sertão, Pintadas-BA. 169p. Dissertação (Mestrado em Análise Regional) - Universidade Salvador – UNIFACS, Salvador, 16 de setembro de 2008.

RECH, Daniel. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.

ROCHA, E. E. R. B. *et al.* **Cooperativismo e associativismo**: proposta alternativa de geração de trabalho e renda no município de Marilena, PR, 2004. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/congrent/Trabalho/Trabalho4.pdf>>. Acesso em: 03 de setembro de 2009.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, C. L. da. *et al.* Cooperativismo e desenvolvimento no Oeste paranaense: o caso da C. Vale na região de Palotina/PA. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Ano X, nº 18, dez de 2008, Salvador-BA.

TENÓRIO, F. G. *et al.* Gestão social e desenvolvimento local: uma perspectiva a partir da cidadania deliberativa. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA (ENANPAD), Curitiba, 2004. CD ROM. **Anais...**

TURRA, F. R. *et al.* **Associações e cooperativas**. Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo: Brasília, 2002.

Oliveira, B. A. M de. **As cooperativas populares e seus desafios, limites e possibilidades**: casos de cooperativas da cidade do Rio de Janeiro. 175 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/RJ, dezembro de 2006.

Notas

¹ Este trabalho resulta da sistematização de uma pesquisa em fase inicial para a elaboração da dissertação de Mestrado da primeira autora, sob orientação da co-autora.